

A UNIVERSIDADE E A GEOGRAFIA QUE QUEREMOS. Rediscutindo a avaliação da CAPES

Edilson Adão C. Silva / Fábio Sanson / Cláudio R. Duarte / Anselmo Alfredo /
Ana Cristina Mota / Rinaldo G. Pinho / Ana Valéria Ramos / Nilo Lima*

Apresentação

Em agosto de 1999, alunos e professores de pós-graduação do Departamento de Geografia-USP, áreas de Geografia Humana e Física, reuniram-se em um seminário para discutir e refletir sobre a atual conjuntura da Universidade brasileira e a Geografia em particular. O que motivou este seminário interno foi a baixa nota obtida pelos programas de pós-graduação em Geografia deste Departamento na avaliação feita pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) referente ao período 1996-97. Sua idéia nasceu em abril do ano corrente numa primeira discussão sobre essa avaliação com os professores Ana Fani A. Carlos, Ariovaldo U. de Oliveira e Eduardo Yázigi e diversos alunos da pós-graduação. A idéia plantada, germinando pelo solo das discussões nas reuniões de docentes e discentes, publicações anteriores¹ etc., colhe seus resultados agora. Sua organização baseou-se em dois eixos temáticos. O primeiro eixo discutiu a "Avaliação do programa de pós-graduação das áreas Física e Humana do DG-USP pela CAPES" enquanto que o segundo remeteu-se a um "Diagnóstico interno da pós-graduação."

Buscamos neste texto sintetizar, sem querer esgotar, algumas das principais idéias suscitadas no decorrer do seminário, que contou com a boa participação de mestrandos, doutorandos e

professores do Departamento, revelando uma preocupação com o atual momento. Pensamos que, a título de contextualização da questão, seria interessante começar traçando algumas considerações preliminares sobre a universidade brasileira na atual conjuntura, que inclusive embasaram a própria constituição do seminário.

A Universidade hoje

Como geógrafos/pesquisadores, vemos com preocupação a gradativa perda de autonomia das Universidades, com sua dependência cada vez maior junto a órgãos externos de fomento à pesquisa, o que tende a redefinir a sua estruturação interna. O gradativo afastamento do que é público no que diz respeito ao conhecimento, à pesquisa e à formação, concomitante à aproximação a passos largos neste âmbito de instituições privadas e/ou de suas regras de ação operacional, só ratificam esta preocupação.

Isto porque reside no conceito de Universidade a idéia e o ideal de *"uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade (...). A legitimidade da Universidade moderna fundou-se na conquista da idéia de autonomia do saber diante da religião e do Estado, portanto na idéia de um conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto*

do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como de sua transmissão" (CHAUÍ, 1999 A: 3). Autonomia que não pode ser sustentada sem mais, como mera separação da sociedade. Mas, autonomia crítica, isto é, visando - no interior de uma sociedade comprometida pela práxis de interesses privados e autonomizados - a resguardar a possibilidade de um distanciamento crítico frente a esta mesma sociedade cindida, e em última instância, defendendo a sociedade contra a própria sociedade, o que fica subentendido, e às vezes mal interpretado, sob a rubrica do conceito de "público". Pois seu conceito de "autonomia" também presta-se à ilusão de um "interesse social" já realizado. Transformar seu propósito imanente em formação em sentido amplo, envolvendo o ensino, a criação e a pesquisa sobre a sociedade e a natureza, implica em *tempo* e *experiência* para o amadurecimento da crítica, e é questão da luta democrática real. A própria história mostra que essa nem sempre foi vitoriosa. Pois bem: parece-nos exatamente isto que fica ainda mais comprometido nesta nova conjuntura.

Neste sentido, corroboramos *ipsis verbis* com esta voz das mais atuantes do mundo acadêmico no tocante à defesa da Universidade pública e autônoma: "...Então, se consolida um processo de fragmentação, de hierarquização da qualidade e de hierarquização dos recursos. E isso, do ponto de vista do contrato de gestão, recebe [então] o nome de autonomia. A autonomia não é [mais] o poder da Universidade para se autodirigir e decidir currículos, avaliações etc., não tem nada a ver com o processo acadêmico. A autonomia se refere [agora] à liberdade para encontrar formas convenientes de gestão dos recursos quanto a operacionalidade, se ela tem de dar resultados e ser funcional, precisa ter um referencial. Ela é operacional para quem? É dito que para o desenvolvimento econômico do país, isto é, ela é operacional para as empresas. E portanto são as empresas que vão julgar isso, porque elas vão despejar recursos através de convênios e de fundações privadas. Ao mesmo tempo, isso produz um problema. É que os currículos não estão em con-

sonância com essa demanda empresarial. Então, para estabelecer a consonância do currículo com a demanda empresarial, se introduz uma nova terminologia, que se chama 'flexibilização'. Então você flexibiliza o currículo, altera o currículo para responder à demanda. E depois, como tudo isso tem de ter o parâmetro da avaliação, fala-se na 'qualidade total' da produção." (CHAUÍ, 1999 C: 27).

Esse vínculo da autonomia universitária com a funcionalização que muitos pretendem, associado àquilo que Marilena Chauí ironiza como "gerenciamento empresarial da instituição" restringe a autonomia das Universidades em simplesmente gerir custos, comprometendo o espírito social crítico secular que ela traz como *promessa* em seu conceito. Essa apologia do mercado, que tomou conta da sociedade neoliberal, quer dar seu último golpe naquilo que ainda resta como resistência a essa pretensa vontade global.

De início pode-se lembrar que a história das Universidades é bem anterior – quando sabe-se que data do século XIII – à história do mercado e sua ideologia, os quais, hoje, arrogam-se o direito de comandar os caminhos do conhecimento e da formação. Nós, que participamos politicamente no meio acadêmico e vemos a Universidade como uma das fontes responsáveis pelo conhecimento e pela pesquisa, repudiamos esse caráter autoritário e mercantilista que tem se apropriado da educação cada vez mais claramente nestes últimos anos. Se o processo de democratização dentro da instituição é lento e desigual (OLIVEIRA, 1997: 9-10), dado a força de inércia que esta instituição complexa traz consigo, não há de se negar a tendência à luta pelo perfil social que muitos mestres brasileiros, caso particular da USP, têm tentado imprimir à Universidade brasileira, passando pelos vários momentos de ditadura – o que pensamos não poder ser simplesmente suprimido por esse momento incerto, sombrio e nebuloso do atual modelo econômico brasileiro, que quer se impor como hegemônico.

Poder-se-á dizer que este processo descrito é simplesmente interno, somente dizendo respeito à própria Universidade, às questões de currículo, tempos de formação etc. ativadas por deman-

das dos que dela participam ou no máximo à sua gestão interna. Em verdade, porém, pensamos que a Universidade não se entende por si só, pois está mediada pelo que, real e aparentemente, lhe é externo. Ou seja, e aqui sintetizando o que foi anteriormente descrito: está mediada pelo processo avassalador de mercantilização, que agora vivemos, de todas as formas, esferas e instituições sociais. Ora, isso diz respeito também, e não menos fundamentalmente, aos laços externos que a Universidade compõe para se reproduzir. Hoje, por isso, alterar aquela tendência ao caráter institucionalmente social da Universidade também nos parece estar implícito no perfil de Universidade que apregoam aqueles responsáveis pelo controle das "torneiras" que liberam recursos para a pesquisa e a avaliam. De modo que a Universidade é corroída por dentro e por fora. Assim, no fundo, o ideário do mercado está sendo posto, mais do que nunca, queira-se ou não, e isso por um jogo complexo de mediações, como referencial de mensuração da pesquisa, do conhecimento e da formação, comprometendo a independência científica. Deste modo, para além do discurso derrotista, o seminário teve como uma de suas conclusões a urgência da necessidade de fazer dessa causa - a bandeira da *autonomia crítica* - nossa "trincheira acadêmica"

A avaliação CAPES

É nesse contexto apreensivo da Universidade brasileira que estranhamos (embora tentando compreender) a avaliação realizada pela CAPES quanto ao desempenho dos programas de pós-graduação do Departamento de Geografia da FFLCH-USP, particularmente a surpreendente nota 4 (numa escala de 0 a 7) atribuída à área de Geografia Humana.

Ao surpreender-nos com tal nota, buscou-se discutir quais os critérios utilizados pela comissão avaliadora para chegar a tanto, já que muitos outros centros de produção geográfica ficaram com notas superiores às nossas. Assim, pareceu inevitável a busca de uma análise comparativa. De

antemão, queremos deixar claro que reconhecemos outros centros de excelência da ciência geográfica e vemos com bons olhos o desenvolvimento de novos cursos de pós-graduação: o que tanto epistemológica quanto socialmente é enriquecedor. Mas não podemos aceitar que o desenvolvimento de outros centros se faça em detrimento e desmerecimento do DG-USP, mesmo porque, tanto quantitativa como qualitativamente, segue sendo um dos maiores pólos de produção da Geografia mundial.

O seminário buscou analisar como um todo esta avaliação da CAPES, porém alguns itens em particular causaram maior discussão. No quesito "Atividades de Formação", por exemplo, é feita uma menção sobre o número excessivo de orientandos por orientador, mas a comissão esquece de considerar o alto número de defesas realizadas no programa - 75 entre mestrado e doutorado no biênio 1996-1997 (CARLOS & OLIVEIRA, 1998: 146). A propósito, perguntamos: algum outro programa produziu algo próximo? Outro ponto, diz respeito ao prazo de formação: será que se reconhece que as ciências sociais não podem ser avaliadas conforme os mesmos padrões das ciências exatas?

Porém, não só a questão quantitativa, índice do caráter mercantil desta sociedade, deve ser ponderada na análise de um programa de pós-graduação. É exatamente pela qualidade de sua produção acadêmica que nos parece primar o DG-USP. O que transparece, em alguma medida, na gama variada de atividades que vão das teses e dissertações, artigos e livros produzidos até grupos de estudo e colóquios, disseminando estudos amplamente utilizados, porque reconhecidos, pela comunidade geográfica brasileira e internacional. Qualidades, entretanto, filtradas por formas de avaliação numéricas e nominais, elas mesmas conflituosas, já que houve maior produção no biênio 96-7 que no anterior (Ibid.: 149-50). Evidencia-se que, dentro dos próprios critérios quantitativos da CAPES, o DG-USP foi incorretamente avaliado.

Mas, quantidade e qualidade não deveriam cegar uma à outra e serem confundidas. Neste ras-

tro, é curioso como esse quiproquó gera enganos. Professores do DG-USP ou de outras Universidades, que dão cursos de extensão em outros programas, computam o número de publicações, cursos etc. nos programas de duas ou mais universidades. Neste mesmo sentido ainda, mesmo que pareça o contrário, no limite, há programas de pós-graduação entre aqueles avaliados pela CAPES em que grande parte dos doutores e mestres foram aqui titulados. Desmerecer a USP, em certa medida, não seria também desmerecê-los? Poder-se-ia argumentar que os anos passados não entram nesta avaliação. Mas tal "passado" é, também, elemento do presente de outros departamentos.

Parece fácil reconhecer que a avaliação vigente se pauta sobretudo por critérios quantitativos. E de fato, se crermos no bom senso, isto deve até ser reconhecido nas conversas, reuniões, na vida informal das instituições. Com o alto peso destes critérios quantitativos, o DG-USP e qualquer outro nas mesmas condições, por via de regra, sai perdendo dado o seu *relativamente* grande número de discentes para um *relativamente* baixo número de docentes; afinal, em qualquer curva de evolução meramente quantitativa esta tenderá a mostrar-se em arrefecimento, inércia ou mesmo declínio. O que sustenta com argumentos facilmente constestáveis a proposta, racional diga-se novamente, de ampliação dos programas de pós-graduação no Brasil. Porém, como é quase óbvio, os números absolutos homogeneizam processos de formação educativa que são qualitativamente diferenciados. Bem lembrado isto, nada justifica, novamente, o limite de ruptura com a própria lógica quantitativa alcançado nesta avaliação: como já referido num outro artigo desta mesma revista (Ibid.: 150), apesar do programa em Geografia Humana ter obtido as mesmas notas que o de Geografia Física, os conceitos globais finais não foram iguais (4 e 5 respectivamente). Fato que por si só já põe entre parênteses, para questionamento, a avaliação feita. E apesar dos vários "muito bom" recebidos, a nota final não está mais para o "regular"? Mas infelizmente, no limite lógico último, os critérios de avaliação penalizam futuramente a ins-

tuição que recebe notas mais baixas, visto que isto tende a implicar na redução de bolsas e demais recursos para a pesquisa e ensino, fato agravado pela crise econômica e social por que passa o país. Desde então, o sentido é aceitar-se cegamente a lógica da concorrência e a luta desesperada pelos já debilitados recursos.

Quem entra nessa luta querendo superá-la, e sabe-se que há a possibilidade de simplesmente não entrar, não pode negar a necessidade de uma constante avaliação que venha no sentido de prestar satisfações à sociedade, a quem a Universidade deve servir. É pertinente exigir transparência sobre a aplicação dos recursos públicos e, mais que isso, exigir qualidade. O problema é quando a avaliação é instrumento de manutenção da concorrência e da luta. O seminário questionou, por isso, critérios que negligenciam e desrespeitam o processo de amadurecimento intelectual, a marca histórica do sentido de formação ampla que a Universidade constitui. Criticou-se um processo padronizador que quer se instalar na Universidade brasileira e que não respeita as particularidades acadêmicas. Em certo momento do seminário, pôde-se pensar num verdadeiro conflito inter-institucional - CAPES x USP - envolvendo os critérios avaliadores de prazo para a formação, número de orientandos por orientador, projetos e linhas de pesquisa etc., que acabam penalizando a última. E isto corre em conflito simultâneo com as próprias pessoas que estão interessadas na formação para a crítica da sociedade.

Isso envolve a discussão de um nível mais prático da vida institucional, a saber, os próprios sujeitos do processo, no modo como lidam e se relacionam com as instituições, por exemplo, se há a possibilidade de agirem no interior de bases democráticas consensuais ou não, ou se, aqui já antecipando nossa conclusão do relato do seminário, está aberta a discussão de critérios de avaliação (o que sabe-se que a própria CAPES autoriza). Enfim, saber se a própria instituição não se tornou um instrumento contra os sujeitos, ao invés de ser um instrumento de crítica frente à esta sociedade mercantil.

Queremos crer que o conflito metodológico reinante na Geografia brasileira não esteja por trás desta questionável avaliação. O pluralismo da essência metodológica deve ser bem-vindo em uma ciência e não atuar como agente desagregador. Porém, este às vezes parece não ser o caso. Sabe-se que, por exemplo, há mais de uma década, não há participação de membros da USP e outras universidades na comissão avaliadora. Como foi proposto, não só essa mas também os próprios critérios (medidas e pesos) poderiam ser discutidos de forma ampla e democrática entre a comunidade geográfica, ficando já de início a questão de qual congregação de classe seria sua melhor representante junto à CAPES. Iniciativas neste sentido já estão sendo dadas. Neste sentido também, um Fórum Nacional para o debate dos rumos da pós-graduação brasileira foi sugerido em nossos seminários.

Provavelmente, a publicação deste artigo coincida com a divulgação da avaliação do biênio 1998-1999 e esperamos então que a CAPES reveja sua posição. Desqualificar o DG-USP (e outros) através de critérios abstratos e pouco coerentes esquecendo o sentido do que tem representado a Universidade na luta pela pesquisa e a formação do

conhecimento só desqualifica o instrumento proposto pela CAPES para a avaliação e, no limite, a própria instituição.

Por fim, não podemos deixar de reconhecer, por outro lado, que graças à repercussão desta avaliação-CAPES tornou-se possível um saudável debate no âmbito interno entre as duas áreas de pós-graduação em Geografia da USP, dando como fruto não só o segundo eixo do seminário, mas sua continuação e aprofundamento. Como foi proposto no seminário, o fórum de discussão sobre esta questão continua aberto, devendo o próximo seminário realizar-se imediatamente após a divulgação da próxima avaliação da CAPES. Também em dezembro está programada a "1ª Semana da Pós Graduação do DG-USP". que vai também neste sentido. Isto porque acreditamos que levar uma crítica a sério é conhecer internamente os pontos fracos, no sentido de saná-los e melhorá-los no que diz respeito à qualidade do curso de formação em Geografia, e não simplesmente desfiar as contas de um rosário de uma pretensa invulnerabilidade. Neste ponto, a autonomia crítica procura alcançar a crítica da própria instituição em geral.

Nota

¹ Vide o artigo de Carlos & Oliveira (1998), assim como os demais citados, e atas de reuniões deste Departamento.

Bibliografia

CARLOS, Ana. F. A. & OLIVEIRA, Ariovaldo. U. 1998 - "Avaliação do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana/FFLCH-USP: uma Resposta à Comissão avaliadora da CAPES" *Geosp* (4), São Paulo, DG/USP, pp.134-51.

CHAUÍ, Marilena. 1999 A. - "A Universidade Operacional. A atual reforma do Estado ameaça esvaziar a instituição universitária com sua lógica de mercado" *Folha de São Paulo*, caderno Mais, 09/Maio, p.5.3.

_____. 1999 B. - "Universidade em Liquidação. A idéia que os ricos devem pagar pelos pobres impossibilita a instituição de justiça social no país" *Folha de São Paulo*, caderno Mais, 11/Julho, p.5.3.

_____. 1999 C. "Todo Mundo tem que Viver uma Grande Paixão e uma Possibilidade de Revolução" *Caros Amigos*. Ago/99. São Paulo, Casa Amarela.

MONTEIRO, Carlos A. F. 1980 - "A Geografia no

- Brasil. (1934-1977): avaliação e tendências” *Boletim IGEOG/USP*, (37). São Paulo.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. 1998 - “Pós-Graduação em Geografia na Universidade de São Paulo: meio século de História” *Geousp* (1). São Paulo, DG-USP, pp.9-14.
- SPÓSITO, E. S. 1999 “A Universidade, a Avaliação da Pós-Graduação em Geografia e as Relações Pesquisa-Ensino” In: Carlos, A.F.A. & Oliveira, A.U. (orgs.). *Reformas no Mundo da Educação*. São Paulo, Contexto.
- YÁZIGI, Eduardo. 1999 - “Criatividade e Avaliação” In: Carlos, A. F.A. & Oliveira, A.U. (orgs.). *Reformas no Mundo da Educação*. São Paulo, Contexto.

